

O DISCURSO DE NEGAÇÃO DA HOMOFOBIA NA EDUCAÇÃO: NOTAS SOBRE FERRAMENTAS DE ANÁLISE

Elielder de Oliveira Lima; Fabrício de Sousa Sampaio;

Secretaria da Educação Básica do Estado do Ceará- Seduc/CE/CODEA/Diversidade e Inclusão Educacional

Resumo: Atualmente o Brasil tem sido vislumbrado no cenário mundial como um dos países que mais mata ou violenta pessoas que podem ser abraçadas pela sigla internacional LGBT. Ainda não existe uma lei que criminalize a homofobia. Enquanto isso, crimes e práticas de discriminação contra essas pessoas são registradas e talvez acreditadas pela maioria dos brasileiros como simples crime de agressão física ou injúria, retirando destes atos suas motivações fóbicas. A escola não está isenta de (re) produzir estas práticas homofóbicas e muitas vezes esses atos afastam ou impedem xs estudantes vítimas de homofobia a continuarem suas escolarizações. O presente artigo objetiva sugerir ferramentas analíticas para futuras pesquisas científicas que focalizam a homofobia nos espaços escolares. Para tanto, sustentamos a abordagem da Análise do Discurso para problematizar os discursos de negação que podem ser engendrados por diversos grupos sociais que atuam nas escolas brasileiras. Reiteramos que os discursos de negação da existência de práticas homofóbicas nas escolas públicas podem representar estratégias discursivas que sustentam a heteronormatividade e a heterossexualidade compulsória. Neste cenário, toda existência corporal desviante é alvo de atos discriminatórios.

Palavras-chave: Homofobia, Análise do Discurso, educação, negação.

INTRODUÇÃO

No Brasil, percorrer estradas em busca da construção de um modelo democrático de cidadania é seguir por um caminho longo. A tematização dos direitos humanos pode não ser acompanhada das discussões mais amplas em defesa dos direitos sexuais e de expressividades de gênero. Todavia, os discursos que gravitam em torno destes direitos encontram lacunas e se estendem, chegando muitas vezes a se estruturarem em bases de pressupostos mais plurais e problematizadores de concepções normativas da sexualidade.

Em meio aos inúmeros discursos acerca do gênero e da sexualidade, gestorxs¹ escolares e professorxs, que são agentes públicos, podem manifestar certa indisposição, resistindo de diversas maneiras determinadas propostas em favor de contextos culturais mais abertos ao reconhecimento da diversidade e contrapostos à essencialização dos desejos, à reiteração das hierarquias e à estigmatização de identidades, vivências e expressões sexuais não afinadas com a heterossexualidade compulsória.

Nessa perspectiva, a proposição deste artigo é analisar as estratégias discursivas de negação das diversidades que podem ser adotadas por gestores escolares e/ou professores

¹ Adotamos a utilização da letra x como alusão as possibilidades de gênero para além do binarismo.

postos em situações nas quais se deparam com situações, fatos ou comportamentos humanos que desestabilizam sistemas de representações fundadas em ideias de normalidade heterossexual e, portanto, correm o risco de engendradas atitudes correlatas à homofobia² nas escolas. Ao problematizar os discursos dos gestores escolares e professores durante algumas formações e reuniões ocorridas no ano de 2017 e refletir sobre modos de interpelação de matrizes de enunciações, observamos que tais estratégias, nos contextos em que foram proferidos, podem reproduzir não apenas os ditames da heteronormatividade³, como também revelarem determinada indisposição em relação às temáticas das diversidades de gênero e sexualidade. Esta indisposição parece se apresentar mais do que uma indiferença, e sim como uma espécie de resistência ou uma simples recusa, expressa em estado de “negação” que tende a preservar intacto todo um quadro de opressão cujos centros gravitacionais são a “masculinidade hegemônica” (CONNELL, 2005) e a heteronormatividade. Uma negação que não raro, pode configurar, na escola, uma espécie de reação em contraposição a qualquer esforço em favor do “direito democrático à sexualidade” (RIOS, s/d) e do reconhecimento dos “sujeitos da política sexual” (CORRÊA, 2006).

Os padrões elevados de manifestações de matriz heterossexista, apresentados no Brasil, situam nosso país entre os que possuem os mais altos índices de assassinatos homofóbicos, o que ainda não aciona na sociedade um clamor público. Apenas recentemente tal situação começou a ser objeto de alguma atenção por parte de políticas públicas não circunscritas apenas à esfera da saúde – e, não sem razão, o campo da educação tem sido apontado como uma área estratégica.

Em situações onde uma manifestação explicitamente contrária ao reconhecimento da diversidade sexual e de gênero possa conduzir a alguma perda política ou produzir algum

² Usualmente o termo “homofobia” tem sido utilizado em referência a um conjunto de emoções negativas (tais como aversão, desprezo, ódio, desconfiança, desconforto ou medo) em relação a homossexuais. No entanto, devido a minha formação teórica optarei por fazer referência a ele como sendo um conjunto de crenças e a mecanismos urdidos pela heteronormatividade que atentam contra as expressões sexuais e de gênero que não se enquadram nas “normas de gênero” e na sequência sexo-gênero-sexualidade (BUTLER, 2003). A homofobia, ao associar-se a pensamentos e estruturas hierarquizantes relativas a padrões relacionais e identitários de gênero, vai além da hostilidade e da violência contra pessoas que se identificam ou são identificadas como lésbicas, gays, bissexuais, travestis ou transexuais (identidades entendidas como construções sociais e categorias sociopolíticas suscetíveis de contínuas reconfigurações e diferentes regimes de visibilidade e distintas possibilidades de reconhecimento).

³ Este conceito criado por Michael Warner exige que todo/as organizem suas vidas conforme o modelo ‘coerente’ da heterossexualidade. E difere da heterossexualidade compulsória por esta exigir a heterossexualidade das pessoas como único destino. Já na heteronormatividade, todas as orientações sexuais devem organizar suas sociabilidades conforme a matriz heterossexual (COLLING, 2015, p.24).

embaraço, gestorxs escolares e professorxs podem adotar uma estratégia de concordância infrutífera. Por meio dela, se expressa uma aparente anuência em relação à necessidade de se “enfrentar o problema”, mas nada muito, além disso. Não se pode negar a existência do debate, porém ele acaba sendo interrompido diante da aparente concordância dos envolvidos, e essa interrupção é impeditiva de desdobramentos efetivos.

É nesse cenário que uma análise do discurso da negação da existência de gays, lésbicas e transgêneros na escola, por gestorxs e professorxs, em situação de enfrentamento da homofobia, desestabiliza a possibilidade de não-acesso ao direito democrático às sexualidades e os gêneros diversos. Tomar o discurso dxs profissionais da educação pode representar uma experiência crucial frente as pesquisas que problematizam as escolas como instituições heterossexistas, onde predomina a presunção dos discursos da heterossexualidade e talvez podem ocultar a homofobia dentro de uma categoria mais ampla, como o *bullying*, ou mais precisamente, *bullying* homofóbico. No entanto, talvez poucas pesquisas consideram o discurso como base investigatória referente à homofobia nos espaços escolares, tendo por referência a base teórica da Análise do Discurso.

Este artigo pretende defender a uma ferramenta de análise para problematizar os discurso de negação engendrados por exemplo por gestorxs e professorxs da educação básica, partindo do pressuposto que a escola pode ser uma instância social de reprodução dos discursos homofóbicos como também de questionamento da enunciação e existência destes.

METODOLOGIA

É inegável o importante papel da escola na interlocução e discussão sobre a homofobia, uma vez que na sociedade este ainda é um assunto negligenciado ou encarado sob pontos de vistas preconceituosos e heterossexistas. Conceber o gênero como uma dimensão central no processo de construção das identidades individuais e coletivas e com a consciência de que este é um conceito de caráter processual – pois as identidades de gêneros são incessantemente construídas e reconstruídas nas relações sociais de interação com outros indivíduos –, pode nos remeter a considerar a escola como uma instituição social que reforçadora da pertinência de discutir a homofobia e problematizar os discursos de negação que envolvem a temática.

O propósito de estudar a negação da existência da homofobia nos discursos de gestorxs escolares e professorxs traz a tona uma discussão que ao incluir a sexualidade no currículo escolar, como preconiza os temas transversais dos

Parâmetros Curriculares Nacionais (PNCs), não garante o respeito à equidade de gênero e aceitação da diversidade de práticas e identidades sexuais. Para Foucault (1997) a sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico, não a uma realidade “subterrânea que se apreende com dificuldade” (Ibid., p.100), mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação do conhecimento, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e poder. E nessa perspectiva reforçamos o quanto a cultura heterossexista produz verdades que, sendo e estando na linguagem, constituem modos de subjetivação e sustentam a heterossexualidade como padrão único de comportamento sexual aceito, ao negar a existência de homofobia no ambiente escolar.

A abordagem pretendida neste artigo para analisar os discursos de negação da homofobia no ambiente das escolas públicas estaduais terá sustentação na perspectiva teórica da Análise do Discurso que permite uma abordagem interdisciplinar ao estudo dos textos⁴ (discursos), que considera a “linguagem como uma forma de prática social” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 20). Esta perspectiva pretende “desvelar os fundamentos ideológicos do discurso que se têm feito tão naturais ao longo do tempo” que, na maioria das vezes, começam a ser tratados como comuns, aceitáveis, na perspectiva apontada por Teo (2000). A abordagem sugerida está vinculada aos fundamentos da Análise do Discurso, a qual aponta para a relevância da investigação social sobre os discursos de negação a ser empreendida em determinados processos educativos.

A abordagem da Análise do Discurso tem suas proposições na base de uma filosofia materialista que põe em questão a prática das ciências humanas e a divisão do trabalho intelectual, de forma reflexiva. Nesse sentido, são possíveis duas visões diferentes de discurso. A primeira enquanto prática social de produção de textos, o que implica dizer que todo discurso é analisado em seu contexto histórico-social, com suas condições de produção. Na segunda, o discurso reflete uma visão de mundo determinada, necessariamente vinculada à do seu autor e à sociedade em que vive. O texto, assim, é compreendido como uma atividade discursiva, objeto empírico de análise do discurso. O texto é, portanto, a construção sobre a qual o analista se detém para buscar, em sua superfície, as marcas que guiarão sua investigação científica. Salientamos, contudo, que o objeto da Análise do Discurso é o Discurso.

⁴ Na AD o termo texto e discurso podem, em dado momento, serem tomados como sinônimos. No entanto, é preciso ressaltar que texto é apenas a materialização linguística do discurso.

O discurso é de natureza tridimensional. Sua produção acontece na história, por meio da linguagem, que é uma das instâncias por onde a ideologia se materializa. Por isso, dentro de uma análise que se pretende apenas nos limites dos estudos linguísticos tradicionais não conseguem abarcar a inteireza de sua complexidade. Como o discurso encontra-se na exterioridade, no seio da vida social, o analista/estudioso do discurso precisa ir além das construções da linguagem para chegar a ele. É preciso vislumbrar bem mais que o especificamente linguístico, dirigir-se a outros espaços, para procurar descobrir, descortinar, o que está entre a língua e a fala (FERNANDES, 2005).

No interior da Análise do Discurso, como já dito acima, o discurso é uma prática, uma ação do sujeito sobre o mundo. Por isso, sua aparição deve ser contextualizada como um acontecimento, pois funda uma interpretação e constrói uma vontade de verdade. Quando agimos sobre o mundo, marcamos uma posição – ora selecionando sentidos, ora excluindo-se no processo interlocutório.

Maingueneau (2005) compreende o discurso como “uma dispersão de textos cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas” (Ibid., p. 15). Em Foucault (1997), o discurso é um “conjunto de enunciados na medida em que se apoia na mesma formação discursiva, ele é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência” (Ibid., p.23).

Os sujeitos, ao falarem, falam de um lugar social. Este lugar social no discurso é regido por regras anônimas que definem o que pode e deve ser dito. Apenas nesse lugar constituinte o discurso vai ter um dado efeito de sentido. Se for pronunciado em outra situação que remeta a outras condições de produção, seu sentido, certamente será outro. A esse respeito, Brandão assim reportar:

Na medida em que retiramos de um discurso fragmentos e inserimos em outro discurso, fazemos uma transposição de suas condições de produção. Mudadas as condições de produção, a significação desses fragmentos ganha nova configuração semântica (Id., 1993, p.56).

Para Foucault (1997) a produção do discurso em sociedade passa por uma sequência de procedimentos de controle, seleção, organização e redistribuição a fim de suavizar sua carga material e dissipar-lhe o perigo de sua produção. O discurso por si pode não ser assim tão “perigoso”, mas nos contextos em que surgem e são motivados, é possível perceber seu vínculo com o desejo e o poder. A questão a ser destacada, que norteou a genealogia do poder

empreendida por Foucault, foi a possibilidade de multiplicação dos discursos, o risco das pessoas falarem. Esta questão poderia ser respondida ao se considerar discursos como um instrumento bípolo. Nas palavras do filósofo francês: “o discursos não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo pelo qual e como o qual se luta, é próprio poder de que procuramos assenhorar-nos” (Ibid., p.37)

O poder do discurso de instituir “verdades” leva a se repensar a relação do homem com a verdade, com o verdadeiro de sua época. Na obra *A ordem do discurso* – de Michael Foucault, extrai-se a compreensão de como cada sociedade tem seu regime de verdade. Tal sistema se funda em discursos que tendem a funcionar como verdadeiros em contraprestação a outros tomados como falsos. Por meio dos discursos supostamente verdadeiros, constitui-se toda a cultura de uma época. É uma construção complexa, porque não dizer, paradoxal, por trazer em si modos de separações e exclusões ao naturalizar determinadas práticas. É inevitável, neste momento, trazeremos aqui a problemática que envolve as motivações de nossa pesquisa, que naturalizando o discurso da negação da homofobia no ambiente escolar, deixa transparecer um estado de denegação em relação à sexualidade, à diversidade sexual e às iniquidades geradoras da homofobia.

Embora o termo negação aqui utilizado seja tomado de empréstimo da psicanálise, não fica restrito a ela, uma vez que a inspiração de sugestão de ferramenta de análise para pesquisas tem subsídios na análise do discurso. Para os analistas do discurso, o sentido de negação carrega em seu bojo um viés ambíguo por manter estreita relação com a interdiscursividade e os universos polifônicos da enunciação. Uma negação descritiva pode descrever não apenas um estado de coisas, mas também envolver uma contestação ou oposição a asserções anteriores, aproximando-se do que se costuma chamar de negação polêmica.

Fairclough (2001) afirma que as negativas são frequentemente usadas com finalidades polêmicas. Nessa linha de raciocínio, a produção de um enunciado discursivo como “eu não sou homofóbico!” não se constitui uma simples descrição, mas pressupõe uma posição contrária, que também funciona intertextualmente. Este autor observa, ainda que, mesmo em frases que não são gramaticalmente negativas podem sê-lo semanticamente. A este exemplo podemos citar algumas estratégias discursivas da seguinte ordem: “a violência homofóbica é um mito” pode ser paráfrase de “não existe violência homofóbica”.

As estratégias discursivas podem ser entendidas como um repertório de linhas de ação e, desta forma, não como “uma busca intencional

entecipadamente planejada de objetivos calculados” (BOURDIEU, 1992, p.28). Essas linhas de ação são objetivamente orientadas, continuamente construídas pelos agentes sociais em suas práticas e definidas no encontro entre o sistema de disposições e a conjuntura particular do espaço de lutas em que se encontram. As estratégias adotadas dependem das “posições que os agentes ocupam e da percepção que tem do próprio campo” (Ibid., , p.72).

Na mesma linha dessa compreensão, as estratégias discursivas são construções em meio a espaços de disputas, restrições, possibilidades e interesses, que, entre outras coisas, fornecem direções, parâmetros, repertórios a agentes desigualmente dotados de capitais, tanto sociais quanto simbólicos, e de distintas habilidades comunicativas. Tais agentes, em relação a seus interlocutores, além de diferentes posições e disposições, também podem gozar de variados graus de legitimidade, credibilidade e possibilidades de captação e cooptação como apontam Chareadeau e Maingueneau (2004).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entendemos que de fato a escola brasileira já trabalha com questões de gênero de determinada maneira. No entanto, a hipótese levantada foi a de que esse trabalho se dá, quase sempre, com o objetivo tão simplesmente de cumprir dispositivos legais ou imposições hierárquicas dos órgãos culturais reguladores da educação, mas não como forma de oportunizar a liberdade de expressão da individualidade sexual.

Denominamos “sinais de negação” aqueles rastros já presentes no discurso escolar, que aqui serão divididos em literais, implícitos ou interpretativos. Na primeira caracterização, a literal, a negação ocorre de forma direta e afirmativa: por exemplo, “na minha escola a homofobia não é um problema”; “enfrentar a homofobia não deve ser um problema para políticas públicas”.

Na primeira afirmação a depender do contexto e dos limites do interlocutor, é possível apontar uma eventual desconhecimento ou certo grau de ignorância. É preciso compreender que a negação literal dificilmente será distinguível de temeridade intelectual. Aprofundando um pouco mais, pelas duas afirmações acima apontadas, é possível apontar algumas questões. Se não existe homofobia na escola, seriam aceitáveis, na mesma proporção e nas mesmas condições de igualdade, duas alunas beijando-se no pátio da escola durante o intervalo de aulas, assim como se aceita um casal de namorados héteros? Se a homofobia não é um problema de ordem social que afeta diretamente a escola, por que tantas travestis se evadem da escola quando assumem sua identidade feminina? É a

escola um ambiente suficientemente desprovido de preconceito a ponto de se tornar um local onde os sujeitos possam assumir suas identidades fora dos padrões heteronormativos? Dizer que na escola a homofobia não é um problema, indica que, de fato, naquele ambiente são proporcionadas condições de aceitação e respeito a todos os modos de manifestar-se nas suas identidades? Ou por outro lado, reconhecer a homofobia implica necessariamente a adoção de medidas a fim de combatê-la?

Outra perspectiva da negação é quando ela acontece de maneira não direta, ou seja, implicitamente como geralmente ocorrem com as negações. No geral esse tipo de negação, aparece sob a tutela de afirmações que, numa percepção mais desatenta, parece perfeitamente justificável. Um exemplo seria: “a homofobia não chega a ser um problema, diante de tantos outros que a escola tem”. Percebe-se que existe uma forte tentativa de fazer parecer menor o problema, a ponto de classificá-lo sem importância. Mas se não é a homofobia um problema, reiteramos a pergunta do parágrafo anterior: por que a evasão entre aqueles que se assumem como gays, lésbicas ou transexuais na escola tem mais facilidade em evadir-se?

Nessa perspectiva colocar em um status de menos importância, nega-se implicitamente todas as consequências envolvidas nos atos homofóbicos, sendo elas de ordens diversas, tais como físicas, psicológicas, morais, políticas. No exemplo do parágrafo anterior o interlocutor faz uso de estratégias de banalização, que é uma técnica de justificativa para parecer uma questão menor e totalmente sem relevância.

As estratégias discursivas e os estados de negação apresentados acima, embora trazidos de conversas cotidianas no interior da escola, apontam, enunciações que desencadeiam uma série de efeitos, que revelam não simplesmente uma resposta dada sem importância na conversa cotidiana da escola. Mas de um sujeito que investido em uma posição de poder, situa-se diante de um posicionamento ideológico sobre a questão. Tal posicionamento, no geral regula o modo de agir e ver do outro, pois traz em si, o posicionamento além do posicionamento ideológico do sujeito, sua posição dominante no interior de um espaço político ou burocrático onde posturas são reguladas a todo o momento.

CONCLUSÕES

Neste cenário onde a ausência de um confronto público e de um debate mais consistente, muitas das questões trazidas neste artigo acabam por revelar a necessidade de

problematizar e colocar em questão os silêncios, as negações, os subentendidos e tudo aquilo que já foi naturalizado. Nesta perspectiva parece razoável perturbar os espaços de poder na busca de desestabilizar princípios e visões associadas a modos de agir referentes a sistemas de crenças repressivos, especialmente aqueles diretamente relacionados à sexualidade. Isso implica diretamente na escola, especialmente na escola pública que deve ser para todos, não apenas no discurso e nos documentos oficiais, mas na prática.

Analisar os discursos de negação da homofobia nos espaços escolares tomando como referência teórica a análise do discurso pode se configurar numa exímia oportunidade de vislumbrar não apenas os dispositivos culturais de poder que as estratégias discursivas carregam, como também, refletir sobre os silêncios, os ocultamentos e a produção de ignorâncias que determinados discursos negativos precisam acionar para sustentam as práticas de discriminação contra os corpos humanos que não se encaixam nos padrões heteronormativos.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. **Risposte**. Torino: Bollati Boringhieri, 1992.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BRANDÃO, Maria Helena Nagamine. **Introdução a análise do discurso**. 2ª ed.. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.
- COLLING, Leandro. O que perdemos com os preconceitos. In: **Revista cult**: dossiê- ditadura heteronormativa, São Paulo-SP, Editora Briantine, n.202, ano 18, junho/2015, p.22-25.
- CONNELL, Robert. **Masculinities**. 2. ed. Berkeley: University of California, 2005.
- CORRÊA, Sonia. “Cruzando a linha vermelha: questões não resolvidas no debate sobre direitos sexuais”. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 12, n. 26, jul./dez. 2006.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: EdUnB,2001.
- FERNANDES, Cleudemar. **Análise do Discurso**: reflexões introdutórias. Goiânia: Trilhas Urbanas: 2005.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1997.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes, 2005.
- RIOS, Roger R. Para um direito democrático à sexualidade. Disponível em: www.clam.org.br/pdf/roger_dirdemsex_port.pdf . S/d.

TEO, Peter. 2000. Racism in the news: a Critical Discourse Analysis of news reporting in two Australian newspapers. **Discourse and Society**, 11: 1, 7-49. [Cited in Talbot, Atkinson and Atkinson 2003: 36.]